

BOLETIM 77

Brasília, 8 de março de 2016

Trabalhadores da construção podem ter quota no Minha Casa Minha Vida

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal pode votar na quarta-feira (9) o projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que destina 5% das unidades produzidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida aos trabalhadores da construção civil.

A proposta (PLS 331/2015) tem o parecer pela aprovação do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele diz concordar com a argumentação de Vanessa, de que as exigências burocráticas do Minha Casa Minha Vida têm impedido que segmentos manifestamente carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. E no caso dos trabalhadores da construção civil, essa exclusão seria "particularmente perversa", uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo programa.

Entorno do Distrito Federal - A comissão também pode votar o parecer de José Medeiros (PPS-MT) que pede a rejeição do PLS 163/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO).

A proposta reserva 10% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para programas de



desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Durante a leitura, Medeiros lembrou o fato de o projeto já ter recebido parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Hélio José (PMB-DF) também defendeu sua rejeição, argumentando que o governo do Distrito Federal já tem sofrido muito devido a restrições orçamentárias.

Na justificativa do PLS, Caiado argumenta que o DF já tem um fundo próprio — o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) —, além de receber um percentual do próprio FCO.

"Com todos esses recursos, não realizou investimentos que pudessem trazer desenvolvimento para o Entorno, deixando os municípios desguarnecidos", diz ele.

Fonte: Agência SENADO



BOLETIM CONTRICOM



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

CONTRICOM se solidariza com a luta das mulheres neste 8 de Março

Por ocasião do transcurso do dia 8 de Março, data que comemoramos o Dia da Mulher, a diretoria da CONTRICOM expediu a nota que publicamos na íntegra:

TODO APOIO À LUTA DAS MULHERES BRASILEIRAS

A Diretoria da CONTRICOM manifesta sua mais profunda solidariedade à luta das mulheres brasileiras em mais uma data comemorativa ao seu dia, 8 de Março.

Solidariedade, especialmente, à luta das mulheres trabalhadoras, que, na maioria das vezes, enfrentam mais de duas jornadas de trabalho, pois, além do trabalho, são mães e esposas dedicadas ao lar.

Prestamos, também, uma homenagem às mulheres trabalhadoras da construção civil, verdadeiras guerreiras, cujo número tem aumentado de forma significativa nos últimos anos.

Por oportuno, expressamos nosso apoio e solidariedade à luta das mulheres pelos seus direitos. Nosso apoio ao projeto que institui o salário igual para trabalho igual; nosso apoio à luta das mulheres por uma aposentadoria justa, que hoje se encontra tão ameaçada;



As mulheres trabalhadoras estão cada vez mais presentes nos canteiros de obra: luta e determinação!

nosso apoio à luta contra a violência física e moral que continua vitimando as mulheres de nosso país.

Nossos objetivos são os mesmos, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras: defender o emprego que nunca esteve tão ameaçado e conquistar condições mais dignas de trabalho para todos!

**VIVA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER!
VIVA A MULHER TRABALHADORA!**

Brasília, 8 de março de 2016

**FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO
Presidente da CONTRICOM**

Reforma da Previdência, crise econômica e violência afetam mais as mulheres

A luta pelos direitos das mulheres foi o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu nesta segunda-feira (7) **(foto)**. Reforma da Previdência, crise econômica e violência contra a mulher foram assuntos abordados durante o encontro – proposto pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

— Esta audiência busca colaborar com a caminhada das mulheres. Para mim, dia das mulheres é todos os dias — disse o senador, em referência ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

A vice-prefeita de Salvador (BA), Célia Sacramento, disse que a reforma da Previdência e a falta de creches, duas das principais reclamações das mulheres atualmente, são temas que “falam da vida”. Ela criticou a intenção do governo de aumentar “em até dez anos” o tempo necessário para a aposentadoria da mulher. Célia disse que a fisiologia evidencia a diferença entre homens e mulheres e cobrou novos modelos de gestão.

— Estão buscando apenas o caminho mais fácil, que é aumentar o tempo de contribuição — criticou.

A presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, também criticou a anunciada proposta da reforma previdenciária, que poderia retirar da mulher o direito de se aposentar mais cedo que o homem,



“sem levar em conta a dupla jornada das mulheres”. Para Gláucia, as mulheres precisam se posicionar e contar com representantes públicos comprometidos com a busca dos direitos femininos. Já a secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Maria Pimentel, disse que a reforma necessária é o fim dos desvios e da sonegação.

— É uma verdadeira afronta ao povo brasileiro! É um escárnio! Homens e mulheres precisam se unir contra essa reforma — disse Maria Pimentel.

Crise e violência

A relação entre gênero, raça, crise e violência também foi abordada no encontro. A coordenadora-geral das Mulheres Trabalhadoras da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Ivanilda Reis, apontou que “se é difícil para a mulher, imagina para a mulher negra”. Ela disse que as pesquisas registram que as mulheres negras ocupam os piores cargos e recebem os piores salários, além de serem as principais vítimas da violência e do preconceito. Assim, segunda Ivanilda, a crise econômica e social termina sendo mais grave



entre os negros, com destaque para as mulheres negras.

— A crise atinge mais as mulheres negras. A violência tem cor — lamentou Ivanilda.

A secretária nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, lembrou que o século 20 representou um período de conquistas de direitos para as mulheres. Ela citou a Constituição de 88 como exemplo de garantia de muitos direitos para as mulheres. Aparecida, no entanto, lamentou o fato de os homens ganharem mais do que as mulheres e de as mulheres brancas ganharem mais do que as mulheres negras.

— Nossa pauta é não perder nenhum dos direitos, é lutar por mais. Nossos direitos custaram a vida de muitas mulheres. É preciso enfrentar o discurso conservador — afirmou.

A presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos, Juneia Martins Batista, anunciou o lançamento de uma cartilha com orientações sobre a questão da violência de gênero no local de trabalho. Ela disse que 52% das mulheres já sofreram violência ou conhecem casos de violência sexista em seu ambiente de trabalho. Juneia fez críticas à publicidade que explora o corpo das mulheres e também à diferença de salário entre mulheres e homens.

— Todas nós sabemos do que se trata. Muitas mulheres faltam ao trabalho por medo da violência. Não há desculpa para a violência — afirmou.

Apesar dos lamentos e das críticas, as participantes da audiência pública foram unânimes quanto à importância da disposição para a luta. A diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Cintia Rangel

Assumpção, lamentou que os preconceitos contra a mulher ainda persistam. Ela afirmou que para o direito das mulheres avançar não é preciso recuar o direito dos homens. A coordenadora-geral da Fasubra, Léia Oliveira, disse que é preciso reconhecer os avanços já conquistados na luta pelos direitos da mulher. Segundo Léia, esse reconhecimento deve servir como um impulso na luta pela preservação dos direitos.

Para a pedagoga Eurídice Ferreira de Almeida, também representante da Fasubra, é preciso mais engajamento das mulheres na luta pelos seus direitos. Ela lembrou que as mulheres representam 51% da população e 52% dos eleitores, mas ocupam menos de 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e pouco mais de 13% das vagas no Senado.

— Falar de mulher é falar de luta diária e luta de resistência. Quando juntas, somos imbatíveis — declarou Eurídice.

Trabalho escravo - Em reunião realizada nesta segunda-feira (7) com entidades sociais e órgãos do governo ficou definido que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará audiências públicas sobre o trabalho escravo em dez estados, espalhados nas cinco regiões brasileiras. O objetivo das reuniões é discutir a regulamentação da PEC 57/2011, que proíbe o trabalho escravo.

— Regularizar para mim é proibir o trabalho escravo sem fazer nenhuma injustiça para um lado ou para outro. Vamos trabalhar na linha do consenso e da razoabilidade — destacou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Agência SENADO



Câmara pode votar PEC da Saúde e nova regra sobre dívida dos estados

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar, a partir de terça-feira (8), a proposta que aumenta os recursos federais para a saúde (PEC 1/15) e o projeto que suspende a fórmula de cálculo da renegociação de dívidas dos estados (PDC 315/16).

A votação da Proposta de Emenda à Constituição 1/15 foi marcada após negociações entre o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), e vários deputados da Frente Parlamentar da Saúde, que buscam um acordo de mérito em torno do texto.

A PEC, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), aumenta o investimento mínimo obrigatório do governo em saúde nos próximos seis anos. Segundo o substitutivo da comissão especial, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), a União deverá investir, pelo menos, 19,4% de sua receita corrente líquida em ações e serviços públicos de saúde ao final de seis anos.

Atualmente, a Emenda Constitucional 86 define os gastos mínimos da União com saúde em 13,2% da receita corrente líquida para 2016, subindo até 15% em 2020.

Dívidas dos estados - Outro ponto polêmico em pauta é o Projeto de Decreto Legislativo 315/16, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que também aumenta despesas da União. O projeto suspende o cálculo do desconto que a União dará na renegociação das dívidas dos estados e municípios com a União.

A intenção do autor é evitar a aplicação da taxa Selic acumulada de forma composta (juro sobre juro) para corrigir os valores sobre os quais haverá o desconto. Com essa sistemática, o desconto será menor que o esperado pelos estados e municípios.

A renegociação das dívidas está prevista na Lei Complementar 148/14, mas até agora não foi fechada. Ela prevê a troca do índice de correção, de IGP-DI para IPCA mais 4% ao ano ou Selic, o que for menor.

Devido à mudança do cenário econômico, o governo resiste em assinar os aditivos contratuais com a aplicação da Selic acumulada de forma simples, por temer uma queda grande na arrecadação ligada a essa dívida, assumida dos outros entes federados no final da década de 90.

Pós-graduação paga - Na quarta-feira (9), os deputados podem votar, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrarem pela pós-graduação lato sensu, exceto mestrado profissional.

A intenção da proposta é reforçar o caixa das universidades, permitindo a elas oferecer cursos direcionados às empresas. Atualmente, algumas instituições que cobram pelos cursos têm sido contestadas na Justiça devido à previsão de acesso gratuito na Constituição para todos.

Fonte: Agência CÂMARA



CPI para investigar denúncias contra o Carf deve ser instalada hoje

Está marcada para esta terça-feira (8) a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas.

Operação Zelotes - A CPI do Carf, criada no dia 4 de fevereiro, foi proposta pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA). Ao propor a criação da comissão, o deputado citou que a Operação Zelotes, deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal, investiga o fato de que 24 pessoas e pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria são suspeitos de envolvimento num esquema de corrupção contra a Receita Federal.

No ano passado, o Senado também criou uma CPI para investigar denúncias contra o Carf. A comissão encerrou os trabalhos em dezembro, com o indiciamento de 28 pessoas.

Também em 2015, a Câmara dos Deputados instalou uma subcomissão permanente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para acompanhar as investigações da Operação Zelotes.

Fonte: Agência CÂMARA

Líderes vão esperar fim da janela partidária para definir as comissões

Os líderes partidários decidiram esperar o fim da “janela partidária” para definir o comando das 23 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. No dia 18 de fevereiro, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional 91, que abriu prazo de 30 dias para que políticos troquem de partido sem perder o mandato - a chamada janela partidária.

A ordem de escolha das comissões é baseada na proporcionalidade do tamanho dos blocos partidários formados no dia da posse (1º de fevereiro de 2015) pelos partidos que têm representação na Casa. Os maiores blocos têm direito a presidir mais comissões.

Os líderes partidários marcaram nova reunião para o dia 21 de março, para fazer a divisão das comissões.

Três blocos partidários foram criados na Câmara no dia da posse dos parlamentares:

- Bloco PMDB,PP,PTB,DEM,PRB,SD,PSC,PHS,PTN,PMN,PRP,PSDC,PEN,PRTB
- Bloco PT,PSD,PR,Pros,PCdoB
- Bloco PSDB,PSB,PPS,PV

Fonte: Agência CÂMARA

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)